

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE INDAIATUBA

FORO DE INDAIATUBA

1ª VARA CÍVEL

RUA ADEMAR DE BARROS N. 774, Indaiatuba - SP - CEP 13330-130

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1002448-34.2018.8.26.0248**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente:
 Requerido:

Tramitação prioritária
 Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Patrícia Bueno Scivittaro**

Vistos.

move ação contra
 , alegando, em apertada síntese, ter sido surpreendida com a existência de protesto em seu nome apontado pela ré, referente a uma nota promissória no valor de R\$ 150,00, cuja origem desconhece, uma vez que não celebrou qualquer negócio com a ré. Afirma que o título foi, assim, apontado indevidamente a protesto, causando-lhe danos de ordem moral. Requer a procedência da ação, com a declaração a inexigibilidade do valor representado na nota promissória descrita na inicial, com a condenação da ré no pagamento de indenização por danos morais. Com a inicial, vieram os documentos de fls. 07/10. Houve emenda à inicial às fls. 13.

O pedido de tutela de urgência foi deferido mediante caução (fls. 15/16).

Frustrada a citação pessoal da parte ré, por não ter sido localizada nos endereços constantes dos autos, houve sua citação por edital (fls. 71), tendo sido a ela nomeado Curador Especial, o qual, apresentou contestação, por negativa geral (fls. 80).

Réplica acostada às fls. 83, na qual a autora refuta os termos da contestação.

É o relatório.**Fundamento e decido.**

Cabível o julgamento antecipado do pedido, a teor do pedido.

A autora nega ter mantido com a ré qualquer negócio que justificasse a emissão da nota promissória no valor de R\$ 150,00, com vencimento em 05/06/2014, apontada a protesto por falta de pagamento (fls. 10).

1002448-34.2018.8.26.0248 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE INDAIATUBA

FORO DE INDAIATUBA

1ª VARA CÍVEL

RUA ADEMAR DE BARROS N. 774, Indaiatuba - SP - CEP 13330-130

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Como se trata de fato negativo, não tem a autora meios de prova para demonstrá-lo, o que transfere o ônus probatório à parte ré, que deveria comprovar a causa jurídica que determinou a emissão do título de crédito, cuja exibibilidade é ora questionada.

Ocorre que a pretensa titular do crédito representado no título que fundamenta esta ação encontra-se em local incerto e não sabido. Aparentemente, trata-se de pessoa inidônea, diante da diversidade de endereços localizados em seu nome, nos quais não foi localizada por se tratar de pessoa desconhecida ou de endereço inexistente (fls. 19 e 56/60).

A diversidade de endereço em nome da ré aliado ao fato de emissão de título de crédito com exigibilidade questionada por seu respectivo sacado gera a forte suspeita da ré estar ligada à atividades ilícitas, dentre elas, crime de estelionato.

Além disso, a contestação apresentada por Curador Especial, por negativa geral, não trouxe elementos para infirmar as alegações contidas na inicial, em especial, a existência de relação jurídica entre as partes, a fim de comprovar a regularidade da emissão da nota promissória e a existência da dívida.

Conclui-se, assim, que o débito é inexigível e sua respectiva cobrança ilícita.

Com efeito, não havendo prova da regularidade do saque da nota promissória, cuja exigibilidade a autora questiona, é de se reconhecer que sua emissão é ilegítima e ilícito o seu respectivo apontamento a protesto, que, efetivado, repercutiu negativamente ao bom nome e imagem da autora, caracterizador de dano moral *in re ipsa*.

Assim, considerando a conduta da ilícita ré e a gravosa repercussão da ofensa à vida da vítima, arbitro, a título de indenização por danos morais, a importância de R\$10.000,00.

Pelo exposto, **JULGO PROCEDENTE** a presente ação para declarar a inexigibilidade do título descrito no documento de fls. 10, **tornando definitivo o provimento cautelar deferido a título de tutela antecipada (fls. 15/16)**, assim como para condenar a ré no pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 10.000,00 atualizado a partir desta sentença e acrescido de juros legais a contar da citação, além das custas e despesas processuais, atualizadas a partir dos respectivos desembolsos, bem como nos honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da condenação, atualizados até a data do seu efetivo pagamento.

Transitada em julgado a presente decisão, comuniquem-se o tabelionato de Protesto, sob cuja guarda estiver o título acima mencionado, para as providências cabíveis.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE INDAIATUBA

FORO DE INDAIATUBA

1ª VARA CÍVEL

RUA ADEMAR DE BARROS N. 774, Indaiatuba - SP - CEP 13330-130

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Defiro o levantamento do depósito judicial, comprovado às fls. 26/27, mediante o preenchimento do MLE pela parte autora.

P.I.C

Indaiatuba, 14 de julho de 2022.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**